

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52

**ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONDRINA
(25 de Março de 2013)**

Aos vinte cinco dias do mês de março de dois mil e treze, às treze horas, no auditório Samuel Pessoa na Villa da Saúde, após a constatação do quórum necessário, reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Saúde para reunião extraordinária do CMS, tendo como pauta: 1-13h00- Aprovação do Relatório Anual de Gestão da Saúde 2012. (Parecer e Resolução); 2-16h00- Teto máximo para encerramento. O secretário de Saúde e presidente do CMS, Drº **Francisco Eugênio Alves de Souza**, cumprimenta a todos os presentes e dá início a reunião. A palavra passa a diretora de Planejamento da SMS, **Rosilene Machado**, que inicia dizendo que os conselheiros estão recebendo o relatório oficial do SIOPS, pois o que foi enviado no CD, ainda não havia sido fechado o sistema. Rosilene coloca que na reunião anterior, os conselheiros Eliel e Joelma solicitaram um esclarecimento sobre a LDO, pois ela sempre deve estar na CML até o dia 15 de abril, no entanto, ocorre que este ano, por ser uma nova gestão e como PPA vigente é da antiga lei orçamentária, ela não vai agora para a câmara com meta e ação, e no dia 03/04 vai ocorrer uma audiência pública para apresentar a LDO. Essa lei, excepcionalmente este ano, não vai com metas e ações, pois o PPA 2014-2017 ainda está sendo feito, e como a lei de diretrizes é para 2014, não há como encaminhar metas e nem ações. Isso tudo vai ter de passar pelo conselho, provavelmente entre abril e maio, e fará parte do levantamento de necessidades que esta sendo feito em toda cidade, sendo que até agosto, todo documento deverá estar preparado para entrada na câmara, ou seja, a parte da SMS vai passar pelo conselho, mais não até 15/04. O secretário **Francisco Eugênio** coloca que o PPA deve ser construído com alguma forma de ausculta da comunidade, e ele serve para todas as áreas, logo, convida-se a comunidade para participar das discussões, contribuindo com ideias de interesse coletivo, em cima do PPA, se faz a LDO e as LOA's. Rosilene Machado faz a apresentação do relatório e se coloca a disposição para esclarecimentos. O conselheiro **Cícero Cipriano Pinto** sugere a Rosilene que seja feito um resumo para as pessoas que não discutiram o assunto, pois se trata de um documento extenso, e foi bastante complicado para os conselheiros lerem tudo, até mesmo pela questão do pouco tempo que os conselheiros tiveram para analisar o relatório. Cicero finaliza e diz que não pode falar pelos outros, mas teve dificuldade para ler todo o conteúdo do relatório, e mesmo participando da comissão, acredita que seria interessante que fosse feito um resumo do que foi feito. **Rosilene** coloca que não preparou nada neste sentido, pois na outra reunião ficou acordado que os conselheiros iriam ler o documento e trazer as dúvidas para esta reunião. A conselheira **Juvira Barbosa Cordeiro** sugere que se siga o combinado e os conselheiros passem a tirar suas dúvidas, até mesmo porque quem esteve presente em 2012 acompanhou todas as discussões referentes ao plano, no sentido de que após a homologação do CMS, ela e a conselheira Beth possam homologar no sistema do MS. O conselheiro **Eliel Joaquim dos Santos** coloca que já foi dito dentro da comissão, que realmente foi feito de afogadilho e houve pouco tempo para os conselheiros analisarem o relatório. Eliel continua e diz que é possível seguir na linha do que foi sugerido pela conselheira Juvira, porém, nos próximos relatórios, que a discussão seja feita com mais tempo e os conselheiros possam se aprofundar na discussão. **Rosilene** explica que organizou o relatório, mais todas as diretorias da SMS contribuíram. A palavra passa ao conselheiro **Aylton Paulus** que parabeniza o trabalho da SMS e questiona como se dá a homologação junto ao MS, qual o mecanismo e a importância desta aprovação. O secretário Francisco Eugênio afirma que todos os ônus e bônus deste relatório competem à gestão anterior. Rosilene explica que há a portaria 575/12 que instituiu, a partir de 2013, a obrigatoriedade desta essa homologação no

53 sistema do MS ate 31/05. Junto com essa data, é colocada também a necessidade do
54 cadastramento de conselheiros para que façam a fiscalização e homologação neste
55 sistema. O conselheiro **Eliel Joaquim** diz que a gestão não pode ficar falando que isso
56 ou aquilo foi na gestão passada, pois agora a responsabilidade é da atual gestão. Eliel
57 expõe que fica bastante preocupado, pois ao que parece, a discussão em questão nunca
58 foi travada dentro do CMS. Eliel coloca que pelo que tem conhecimento, carro oficial não
59 paga IPVA, entretanto, no documento há um item que diz *cota parte do IPVA - R\$ 57*
60 *milhões e 175 mil*. A diretora financeira da SMS, **Sandra Regina**, explica que este valor é
61 referente à receita, ou seja, não é pagamento e sim recebimento. O conselheiro **Cícero**
62 **Cipriano Pinto** destaca que Londrina já teve alguns avanços, e o simples fato dos
63 usuários participarem de uma comissão de acompanhamento da elaboração deste
64 relatório, representa mais um avanço. É importante destacar também o trabalho da
65 comissão e dos técnicos, que trabalharam bastante na elaboração do documento, e é de
66 suma importância que as ações ocorram de fato, pois se percebe que varias proposta
67 que foram elaboradas, principalmente pelos usuários, não foram efetivadas. Cicero
68 finaliza e diz que sobre a questão do tempo, gosta bastante da palavra logística, por isso
69 tem cobrado bastante e gostaria até de pedir desculpas para Rosilene, mas é uma
70 frustração da comunidade, no entanto, aqui não fala em pessoas e sim em politica, e por
71 isso estuda muito para chegar na reunião e não falar bobagem. A conselheira **Julia**
72 **Miyamoto** parabeniza o trabalho da comissão e a gestão pela abertura nesta discussão.
73 O conselheiro **Ildo Ioris** coloca que participou da reunião da comissão, e infelizmente
74 não foi possível discutir todos os pontos, pois era o fim de uma gestão e alguns técnicos
75 estavam desanimados e faltou ainda tempo para discutir, mas se trata de um trabalho
76 que está começando, estamos entendendo agora e que pode melhorar no futuro.
77 **Rosilene** coloca que a comissão se reuniu dia 08/03, 14/03 e 18/03, sendo composta
78 pelos seguintes membros: Rosilene Machado (representado gestor), Natal de Oliveira
79 (usuário), Eliel Joaquim (trabalhador), Maria Osvaldina (usuário), Cicero Cipriano
80 (usuário), Ildo Ioris(usuário), Fabio Molin (trabalhador) e Joselito Tanius (prestador).
81 **Rosilene** explica que a comissão deu mais ênfase na avaliação da programação anual,
82 que é o capítulo 6. Na reunião do dia 8, a comissão solicitou que os técnicos estivessem
83 presentes nas próximas reuniões e o item 6 foi o alvo de apreciação da comissão. O
84 secretário **Francisco Eugênio** sugere que seja feita uma rodada com as duvidas, depois
85 se abra oportunidade para os comentários e por ultimo a votação. O conselheiro **Eliel**
86 **Joaquim** coloca que todos os itens suscitam duvidas e não somente o capítulo 6.
87 **Rosilene** responde que apenas esclareceu que a comissão se ateve mais
88 detalhadamente ao item 6. A conselheira **Juvira Cordeiro** destaca que uma coisa que
89 lhe chamou a atenção, é que o número total tabulado para o SAMU no ano de 2012 e
90 tem a ver com os atendimentos, trotes, orientações e transferência, perfazem um total de
91 21.999. Ocorre que em outra tabela, está descrito um total de 35.606 encaminhamentos,
92 logo, gostaria de saber o porquê da discrepância entre esses dois números referentes ao
93 SAMU, pois não conseguiu entender como foram feitos 35.606 encaminhamentos e a
94 totalidade de serviços prestados foi de 21.999. Juvira diz que gostaria de fazer a seguinte
95 observação: na pagina 10, consta que 86 mil atendimentos foram feitos no pronto
96 atendimento do Leonor, e no PAM, que tem uma estrutura superior, estão registrados 88
97 mil atendimentos, ou seja, apenas 2 mil a mais, diante disso, podia ser melhorada a
98 estrutura do Leonor. A palavra passa ao Drº **Sergio Canavese**, que coloca que em
99 alguns atendimentos se tem mais de uma vitima e nem todas as ligações que caem
100 dentro do SAMU decorrem de um despacho de ambulâncias, e às vezes é possível fazer
101 a regulação usando meios próprios. No tocante ao Leonor, realmente ele tem uma
102 numero de atendimentos similar ao PAM e o numero de reclamações também não chega
103 a 1/10 do que se tem no PAM, e isso reforça o ótimo corpo clinico existem na unidade do
104 Leonor. **Juvira** diz que ficou esclarecida com a resposta e afirma que a equipe do Leonor

105 é fantástica, inclusive é uma parceira do CLS. A enfermeira **Suzana** faz uso da palavra e
106 inicia dizendo que o PAM faz em média 350 atendimentos/dia, isso somente na parte
107 adulta, com um total de 700 atendimentos no prédio todo. O que se percebe é que a
108 complexidade dos pacientes no centro é maior do que no Leonor, pois lá geralmente são
109 coisas simples que são resolvidas, e, que quando eles não dão conta, encaminham para
110 o PAM, sendo que este atendimento mais complexo demanda maior tempo e
111 conseqüentemente uma maior espera, o que logicamente vai gerar um maior número de
112 reclamações. A conselheira **Eliane Nascimento** questiona a respeito do valor de
113 341.535 descrito na página 11 e o porquê do uso do termo “dispensação de
114 medicamentos”. O secretário Francisco Eugênio explica que quando o medicamento é
115 fornecido ao paciente se usa o termo “dispensado”. **Rosilene** explica que 341.535 é o
116 número de medicamentos dispensados a pacientes. O conselheiro **ElieI Joaquim** coloca
117 que participou apenas uma vez da comissão e diz que estava ouvindo a CBN de manhã,
118 e o SAMU esta com problemas de fraude em nível de Brasil e a GU está questionando o
119 SAMU, que em Londrina faz um grande trabalho juntamente com o SIATE e os
120 BOMBEIROS. O conselheiro **Cícero Cipriano Pinto** diz que no tocante aos itens -
121 *Ampliar o número de equipes do Nasf, regionalizando e traçando um perfil*
122 *epidemiológico, Realizar matriciamento com as equipes da unidade visando avaliação*
123 *dos contatos e Ampliar 10% das UBS's melhorando as ações em 100%*, gostaria de
124 saber por que eles não foram realizados. Cícero questiona a respeito das devolutivas,
125 pois se percebe que no conselho, infelizmente, não foi feito as devolutivas propostas
126 neste relatório anual de gestão, inclusive havia devolutivas de 3 meses e 6 meses.
127 **Cícero** questiona porque não foi realizada a questão da agenda mínima. **Rosilene**
128 responde que em relação às devolutivas, existiam várias devolutivas programadas na
129 PAS, sendo que algumas foram feitas e outras não, e realmente as devolutivas
130 programadas não aconteceram, pois esta era uma atribuição da comissão ter dado
131 andamento junto com a comissão executiva, mas, devido às dificuldades no ano
132 passado, se foi priorizando as necessidades, e no tocante a agenda mínima e
133 devolutivas, não foi feita nenhuma cobrança no conselho. **Rosilene** responde que em
134 relação ao NASF, o item não foi realizado porque não houve ampliação do número de
135 equipes do referido programa. No tocante ao item 7- *Realizar matriciamento com as*
136 *equipes das unidades, visando avaliação dos contatos intradomiciliares dos casos novos*
137 *de hanseníase*, foi proposto o acompanhamento de 100% das unidades e foi realizado
138 100% de busca e 93% de monitoramento dos casos, pois nem sempre é possível o
139 monitoramento. O secretário **Francisco Eugênio** coloca que é bastante difícil conseguir
140 o monitoramento e busca de 100% dos casos, e um exemplo disso é o caso da dengue.
141 O conselheiro **Cícero Cipriano Pinto** coloca que não é responsabilidade da comissão
142 estar propondo devolutiva ou agenda mínima. A comissão simplesmente serve para
143 acompanhar e ajudar na elaboração do relatório, pois a prerrogativa de se fazer a
144 agenda mínima é do gestor e isso deve ficar bem claro, inclusive o secretário tem o
145 dever de solicitar isso e cobrar na executiva. Cícero afirma que foi proposto no relatório
146 que a SMS comesse a fazer um planejamento, e dentro disso ocorra uma evolução na
147 política, e essa foi à ideia da agenda mínima, pois não dá para se falar em ampliação do
148 NASF se não houver concurso público, e é isso que precisar começar a ser discutido. O
149 conselheiro Cícero Cipriano Pinto finaliza dizendo que a comissão pode contribuir, mas
150 não ser responsável pela criação da agenda mínima, pois isso é responsabilidade do
151 gestor. **Rosilene** coloca que como é uma comissão de acompanhamento, ela deveria a
152 cada 3 ou 4 meses verificar o que está ou não sendo cumprido, e neste sentido que fez
153 sua fala anterior. O conselheiro **Aylton Paulus** coloca que lendo o relatório, observou
154 alguns números favoráveis ao município no tocante ao aumento de produção a partir da
155 página 70, onde ficou demonstrado que o aumentou o volume de internações, atividades
156 ambulatoriais e número de leitos SUS. Esses números podem justificar um aumento no

157 teto financeiro do município e reforçar este pleito junto ao MS. A conselheira **Julia**
158 **Miyamoto** coloca que o ministro da saúde fez um pronunciamento há dois dias e falou
159 sobre o NASF, prevenção, fitoterapia. Júlia finaliza e diz que a acupuntura também
160 poderia ser acrescentada, pois é de um custo benefício bastante pequeno. Julia finaliza
161 e diz que a Vila Nova possui um número muito grande de idosos, no entanto, ainda não
162 foi contemplada com uma academia ao ar livre. O conselheiro **Eliel Joaquim** questiona
163 a respeito do item Endemias-meta de 260 ACD, pois ao que parece, entre os servidores
164 das endemias atualmente, muitos que foram contratados para o trabalho de campo estão
165 fazendo trabalho interno, há ainda cerca de 40 que são da FUNASA e o caso dos 11 que
166 estão sob judge. Eliel finaliza e diz que os servidores contratados para combater a
167 dengue devem estar trabalhando no campo. O secretário **Francisco Eugênio** responde
168 todas as vagas já foram preenchidas, e só não foram chamados os 11 porque estas
169 vagas sob judge devem ficar reservadas e aguardando o desenrolar judicial. A
170 conselheira **Isaltina Pires Cardoso** diz que concorda com a Rosilene e se a comissão
171 foi formada, ela tem obrigação de acompanhar, fiscalizar e fazer o controle social.
172 Isaltina questiona se a contratação supracitada é por tempo determinado ou concurso
173 publico. O secretário **Francisco Eugênio** responde que é concurso publico. **Isaltina**
174 questiona a respeito do valor que o município estava devendo para o HU, ISCAL e
175 AEBEL. **Rosilene** coloca que este item não está pautado no relatório. A conselheira
176 **Maria Osvaldina Mello Oliveira** a respeito de mutirões para cirurgia no HZN, HZS e
177 Cismepar. O secretário **Francisco Eugênio** solicita que os conselheiros se atenham ao
178 RAG. A conselheira **Rosicler Amarins** coloca que a UBS Lindóia possui acupuntura e os
179 pacientes elogiam bastante o atendimento. O conselheiro **Lincoln Ramos** coloca que
180 gostaria de registrar um protesto quanto ao tempo que os conselheiros tiveram para
181 analisar o RAG, pois recebeu o cd na quarta-feira, o documento é muito extenso e com
182 esse tempo fica impossível fazer a comparação entre o que foi programado e o que pode
183 ser feito adiante. Lincoln questiona se o município tem de fato 236 agentes de endemias
184 no campo ou se estão contando com os servidores administrativos e os da FUNASA. O
185 secretário **Francisco Eugênio** responde que o servidor Élcio, no último reunião da
186 comissão da dengue, colocou que o número de agentes de endemias de campo para a
187 dengue estava adequado. O conselheiro **Cícero Cipriano Pinto** diz que no tocante ao
188 item 4 – *Gestão do Trabalho- 1.4/IV. Concurso público para ACS*, gostaria de saber por
189 que não foi feito o concurso publico e sim um teste seletivo. A servidora **Fatima**
190 **Tomimatsu** faz uso da palavra e diz que no tocante a dívida com os hospitais levantado
191 pela conselheira Isaltina, ocorre que o pagamento para os hospitais atrasou e não foi
192 feita ainda por questões de indisponibilidade financeira no fundo e também devido à
193 mudança no sistema no início do ano. A servidora **Ana Maria** faz uso da palavra e diz
194 que no tocante a endemias, hoje no quadro, há 260 vagas para agente de endemias no
195 campo, sendo que estes 236 servidores são os que estão trabalhando, e para completar
196 as 260 vagas, 5 agentes vão começar a partir do dia 1º, há 2 grávidas aguardando
197 nomeação, 5 que são reserva de vagas, 7 para substituição e que já foram
198 encaminhadas para secretaria de governo e 5 que foram para o exame admissional,
199 completando assim as 260 vagas para a ACE de campo. **Rosilene** coloca que dos 236
200 agentes de endemias, 215 estão no campo, 07 na parte administrativa e 14 na equipe de
201 educação, sendo que até maio serão 255 agentes trabalhando. O conselheiro **Eliel**
202 **Joaquim** questiona se a validade do concurso é de 2 anos e qual o número de pessoas
203 aprovadas está na fila de espera do concurso. A servidora **Maria Aparecida Perini**
204 responde que o concurso é válido por 2 anos, prorrogável por igual período, sendo que
205 há 2000 candidatos aprovados para a endemias, e, conforme a necessidade, eles serão
206 convocados. Com relação aos ACS's, o concurso ainda não foi feito, pois há o agravante
207 da necessidade do ACS morar na área de abrangência, segundo determinação da
208 portaria 648 do MS. Perini afirma que no momento esta sendo discutida a possibilidade

209 de concurso público ou emprego público, pois o TC coloca que este último é válido e a
210 procuradoria do município entende que não, sendo que a intenção é de resolver essa
211 questão até o próximo ano, seja através de concurso ou de emprego público. Perini
212 afirma que foi feita uma previsão para realização de concurso público para ACS, no
213 entanto, devido à portaria, chegou-se a conclusão de que a seria preciso discutir melhor
214 a questão. A conselheira **Isaltina Pires Cardoso** questiona se o município poderia
215 aprovar uma lei na câmara modificando a questão do ACS ter de morar na área de
216 abrangência. A servidora **Maria Aparecida Perini** responde que a seu ver isso não é
217 possível, pois se trata de uma portaria do MS. Perini explica que o emprego público é
218 uma modalidade de contrato por prazo indeterminado, o que gera certa estabilidade. O
219 conselheiro **Cícero Cipriano Pinto** diz discordar da fala da servidora Maria Aparecida
220 sobre a questão da estimativa, pois aqui está sendo discutido um relatório que passou e
221 foi aprovado pelo CMS, e isso pressupõe que estas metas serão cumpridas, e no
222 documento está bem claro concurso público, e não há nada sobre emprego público, e
223 quando houver esta definição, isso deve passar pelo CMS para aprovação. O secretário
224 **Francisco Eugênio** responde que está aguardando uma definição da procuradoria e do
225 TC para dar andamento nesta situação. O conselheiro **Eliei Joaquim** coloca que
226 ninguém está fugindo do tema da reunião, pois o conselho deve esmiuçar isso, pois não
227 ira votar algo que não tem certeza. Eliei propõe que a questão dos agentes de endemias
228 e dos ACS's sejam pautadas para a próxima reunião ordinária do CMS. Eliei frisa que é a
229 favor de concurso público e não emprego público para os ACS's, e, no tocante as
230 endemias, há uma defasagem de campo de 45 servidores para Londrina. O conselheiro
231 **Cícero Cipriano Pinto** questiona se porque não foi implementado o CEREST municipal,
232 pois isso deve ser colocado como meta em 2013/2014. Cícero coloca que no tocante ao
233 item – *Realizar capacitação/não realizado devido a processo de reorganização* - é
234 importante destacar a questão do recurso que existe e está parado na SMG. Cícero pede
235 um esclarecimento a respeito do item – *Saúde Mental – Justificativa: Não*
236 *realizado/aguardando posicionamento do MS para substituir supervisoras*. Cícero pede
237 um esclarecimento a respeito do item: *implementação de protocolo- não realizado*.
238 Cícero coloca que na pagina 108, há um pequeno erro no item 7 , pois é reformar ou
239 ampliar e não construir unidades de pronto atendimento, pois já existem estas unidades
240 e no item não fala nada de UPA. A Servidora **Ângela Gruner** faz uso da palavra e coloca
241 que em relação ao projeto de supervisão, o MS lança um edital chamado *QUALI-CAPS*,
242 que é a oportunidade dos municípios encaminharem projetos, onde vai casado o
243 supervisor com a ação que será desenvolvida. Esse projeto foi encaminhado em 2010 e
244 os 3 CAPS tiveram o projeto selecionado, e dos 3 somente 1 foi realizado. Ângela
245 prossegue e diz que com o decreto 7508, passou a ser responsabilidade do MS a
246 elaboração de protocolos, sendo que ate agora, o MS conseguiu elaborar o protocolo da
247 esquizofrenia e de autismo. Como o município esta aguardando e saiu neste meio tempo
248 a definição pelo decreto, não foi elaborado um projeto, ate porque não foram contratados
249 psiquiatras, ate mesmo para se fazer isso em conjunto com especialistas. A conselheira
250 **Isaltina Pires Cardoso** questiona se houve a contratação dos 8 psiquiatras, já que não foi
251 elaborado o projeto de lei para o concurso. Ângela responde que 90% dos profissionais
252 que atuam no CAPS são do Cismepar, sendo que estas 8 vagas são de administrativos ,
253 que estavam entre o projeto de 107 vagas que tramitou na câmara em 2012. Em relação
254 ao psiquiatra, não foi promovido concurso. O conselheiro **Cícero Cipriano Pinto** sugere
255 que a questão =da saúde mental seja pautada nas próximas reuniões do CMS. Cícero
256 coloca que no tocante a pagina 108, o que foi pontuado lá atrás é reforma e ampliação.
257 Cícero pede esclarecimento a respeito do item- *3.2- logística/aquisição de 3 veículos*
258 *para substituir e 4 para ampliação da frota do Sid/ meta não alcançada em 2012 pois em*
259 *2011 foram adquiridos 3 veículos*, pois que deve ser incluída a seguinte descrição: *não*
260 *realizada a ampliação*. Cícero questiona porque não foi feita esta ampliação. Cícero

261 questiona e pede uma justificativa a respeito do Centro de Zoonoses. Cícero sugere que
262 no próximo relatório se coloque aquilo que não foi realizado com uma letra diferente. O
263 secretário **Francisco Eugênio** coloca que um Centro de Zoonoses não é algo simples e
264 demanda uma discussão complexa. O conselheiro **Cícero Cipriano Pinto** destaca que
265 no tocante a página 84 do RAG, é importante destacar que o MS ampliou para 7 os
266 blocos de valores, e a questão as redes de assistência esta inclusa neste ultimo bloco, e
267 lá fala “reestruturar a rede materno infantil...adesão a rede paranaense”. Cícero sugere
268 que seja feita uma discussão sobre este sétimo bloco sobre o decreto citado pela
269 servidora Ângela, pois infelizmente, em nenhum momento o decreto supracitado passou
270 pelo CMS, e é preciso que sejam feitas oficias para o conselho, pois o decreto muda
271 muito a política de saúde. O secretário **Francisco Eugênio** coloca que é importante que
272 seja discutido no conselho a questão da implantação das redes. Eugênio coloca que
273 Londrina e Foz estão na disputa pela implantação da rede de urgência e emergência.
274 **Rosilene Machado** coloca que este ano foi o único onde não foi avaliado e pactuado
275 junto, pois é uma nova gestão nova e para abril será feita a PAS 2013 e rediscutido tudo
276 isso. O conselheiro **Eliel Joaquim** questiona qual será o critério avaliado na disputa
277 citada entre Londrina e Foz do Iguaçu. O secretário **Francisco Eugênio** responde que
278 Curitiba entrou por sua região metropolitana e por ser sede da copa do mundo. Londrina
279 esta trabalhando e pleiteando sua inclusão junto ao estado e ao MS. O conselheiro **Eliel**
280 **Joaquim** diz que a comissão que acompanhou todo o RAG está de parabéns, pois teve
281 pouco tempo e correu atrás para que este trabalho acontecesse. Eliel diz que não
282 gostaria de votar com ressalva, mais tem certa dúvida de estar votando todo relatório
283 100% garantido e acredita que o demais conselheiro também tem essas dúvidas. Eliel
284 coloca que na próxima discussão de relatório, isso seja feito com mais tempo e de
285 maneira esmiuçada, discutindo com cada diretor e cada gerente tudo que foi realizado ou
286 não, pois desta maneira o CMS votará com muito mais tranquilidade. O secretário
287 **Francisco Eugênio** coloca que muitas vezes é feito determinada proposta e meta, e elas
288 não são atingidas por determinado motivo, e o papel do relatório e demonstrar o que foi
289 atingido ou não, ou o que foi atingido parcialmente. **Rosilene** pede para que os
290 conselheiros atentem para o item do parecer 11: “*Acompanhamento, até onde os*
291 *exames puderam alcançar do cumprimento do percentual constitucional mínimo de*
292 *receitas vinculadas à saúde, compreendendo as receitas de impostos e transferências*
293 *constitucionais vinculadas, e respectivo rendimento de aplicações financeiras no ano de*
294 *2012, e as despesas realizadas com fontes livres e mais as vinculadas pela EC 29/00,*
295 *destinadas as ações e serviços públicos de saúde, nos termos dos art. 2º e 3º da Lei*
296 *complementar nº 141/2012, podendo-se opinar que não foram constatadas ofensas as*
297 *normas”. Rosilene coloca que o relatório não é definitivo e deve passar ainda pelo MP e*
298 *TC. O conselheiro Ildo Ioris diz que pelo que entende a responsabilidade é do gestor,*
299 *cabendo à comissão cobrar o gestor. Ildo solicita que o presidente do CMS disponibilize*
300 *aos conselheiros um calendário anual de obrigações, para que os conselheiros saibam o*
301 *que precisam cobrar do gestor e o que precisa ser aprovado. Ildo coloca que muitos*
302 *conselheiros não estão participando de comissões, não adianta depois chegar aqui e*
303 *falar que não aprova, pois os conselheiros tem a responsabilidade de cobrar mais*
304 *também de participar. O conselheiro Wagner Aguiar se coloca a disposição para*
305 *participar das comissões. O conselheiro Cicero Cipriano coloca que ele e o conselheiro*
306 *Natal estão se revezando na titularidade nas reuniões e não há nenhuma guerra de*
307 *vaidades entre os dois, pois a construção do SUS se faz através da participação de*
308 *todos. Cicero expressa todo seu respeito ao conselheiro Natal e diz que aprende muito*
309 *com ele. Cicero elogia o trabalho de todos os técnicos, da servidora Rosilene frente à*
310 *comissão. Cicero continua e diz que discute pessoas e sim política, e o controle social*
311 *não é feito por uma pessoa somente ou uma entidade, mas por todo um processo.*
312 *Cicero finaliza e pede para que seja pautada futuramente, a questão das comissões e da*

313 capacitação dos conselheiros. O conselheiro **Natal de Oliveira** agradece as palavras do
314 conselheiro Cícero. Natal critica o fato de a população participar pouco das reuniões do
315 conselho. A conselheira **Maria Osvaldina Mello Oliveira** elogia o trabalho da servidora
316 Rosilene Machado. O secretário **Francisco Eugênio** coloca em votação a Aprovação do
317 Relatório Anual de Gestão da Saúde 2012. (Parecer e Resolução). **Aylton Paulus**
318 **Junior** aprova com ressalvas e justifica dizendo que isso deve ao fato de dívida do
319 município para com os hospitais. **Eliel Joaquim dos Santos** aprova com ressalvas no
320 tocante a dívida com os prestadores e devido às metas não atingidas. **Maria Osvaldina**
321 **de Mello Oliveira** aprova com ressalvas e endossa as palavras do conselheiro Aylton. O
322 conselheiro **Natal Oliveira** aprova com ressalvas devido às metas não atingidas. O
323 conselheiro **Lincoln Ramos e Silva** aprova com ressalvas, pois recebeu o relatório muito
324 em cima da hora e porque muitos itens deixaram dúvidas. O conselheiro **Fábio Vinicius**
325 **Molin** aprova o relatório. A conselheira **Teresa Moreschi** aprova com ressalvas. A
326 conselheira **Julia Satie Miyamoto** aprova com ressalvas. A conselheira **Isaltina Pires**
327 **Cardoso** se abstém do voto, pois não era conselheira quando foi aprovado o plano. A
328 conselheira **Rosicler Amarins** aprova com as mesmas ressalvas já citadas. A
329 conselheira **Elizabeth Bueno Candido** aprova com ressalvas devido aos indicadores que
330 estão em aberto. A conselheira **Juvira Barbosa de Souza Cordeiro** pede para que os
331 conselheiros que estão na comissão tenham uma grande responsabilidade, pois este
332 plano tinha de ter sido mais estudado dentro da comissão, e agora estamos com esta
333 dificuldade de aprovação pelo fato de que no ano de 2012, não houve quórum em
334 algumas reuniões da comissão. Juvira aprova com ressalvas devido aos indicadores. O
335 conselheiro **Wagner Aguiar** aprova com ressalva devido a alguns itens aprontados. O
336 conselheiro **Ildo Ioris** aprova com ressalvas devido ao pouco tempo para análise. A
337 conselheira **Eliane Nascimento** aprova com ressalvas. O conselheiro **Valmir Rocha** se
338 abstém do voto. A diretora **Valéria Cristina Almeida A Barbosa** aprova o relatório. Com
339 15 votos favoráveis e 2 abstenções, o Relatório Anual de Gestão da Saúde 2012 é
340 aprovado pelo CMS. Não havendo mais assuntos a reunião é encerrada. Esta ata foi
341 elaborada pelos servidores Anderson Luiz Oliveira Silva, revisada pela servidora Sandra
342 Bavia e será assinada pelos conselheiros abaixo:

343
344

Titular	Francisco Eugenio Alves de Souza	
Suplente	Valéria Cristina Almeida A Barbosa	
Titular	Djamedes Maria Garrido	Ausente com justificativa
Suplente	Lincoln Ramos e Silva	
Titular	Jose Luiz de Oliveira Camargo	Ausente
Suplente	Janaina Mazzer Salinet	Ausente com justificativa
Titular	Ângelo Caires	
Suplente	Fábio Vinicius Molin	
Titular	Lazara Regina de Resende	Ausente com justificativa
Suplente	Carmem Lucia Lazaro Garcia	Ausente
Titular	Isaltina Pires Cardoso	
Suplente	Sandra Iara Sterza	Ausente com justificativa
Titular	Eliel Joaquim dos Santos	
Suplente	Nadya Christiane Silveira Pelizzari	Ausente com justificativa
Titular	Fahd Haddad	Ausente com justificativa
Suplente	Ana Paula Cantelmo Luz	Ausente com justificativa
Titular	Mara Rossival Fernandes	Ausente com justificativa
Suplente	Artemísia Bertolazzi Martins	Ausente com justificativa
Titular	Aylton Paulus Junior	

Suplente	Margarida de Fatima F. Carvalho	Ausente com justificativa
Titular	Maria Célia Paiva Rodrigues Gregghi	Ausente com justificativa
Suplente	Joselito Tanios Hajjar	Ausente com justificativa
Titular	Paulo Fernando Moraes Nicolau	Ausente com justificativa
Suplente	Nobuaqui Hasegawa	Ausente
Titular	Cicero Cipriano Pinto	
Suplente	Natal de Oliveira	
Titular	Valmir Alves da Rocha	
Suplente	Ivete Nobile	Ausente
Titular	Eliane da Silva Nascimento	
Suplente	José Aparecido Martins	Ausente
Titular	Wagner Aguiar	
Suplente	Terêncio de Lima	Ausente
Titular	Maria Osvaldina de Mello Oliveira	
Suplente	Livaldo Bento	Ausente
Titular	Juvira Barbosa de Souza Cordeiro	
Suplente	Antonio Escatambulo	Ausente
Titular	Rosicler Amarins de Moura Vaz	
Suplente	Antonio Barrichello	Ausente com justificativa
Titular	Julia Satie Miyamoto	
Suplente	Iracema Caldeira O. Ferreira	Ausente
Titular	Adriana Xavier Dorta	Ausente com justificativa
Suplente	Edson Facundo	
Titular	Márcia Beghini Zambrim	Ausente com justificativa
Suplente	Tereza Gonçalves Moreschi	
Titular	Joelma Ap ^a de Souza Carvalho	Ausente com justificativa
Suplente	Elizabeth Bueno Candido	
Titular	Ildo Ioris	
Suplente	Ana Barbara de T. Lourenço Jorge	Ausente